

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

DA: ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI  
Fone/Fax: (41) 3699-4237  
Ao: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Comissão Permanente de Licitação  
REF: Pregão Eletrônico nº 210/2022  
Processo Licitatório nº 15.693/2020

Pinhais, 22 de dezembro de 2022.

A empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Eireli, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32, sediada à Rua Graça Aranha, nº 875, Brço 02, Sala A, Bairro Vargem Grande, Pinhais/PR, como licitante do Pregão Eletrônico supracitado, e tendo tomado conhecimento da ata de Realização, vem por intermédio de sua sócia a Sra. Patrícia Bach, portadora do RG 7.749.742-0/SESP-PR e CPF nº 031.309.619-84, tempestivamente e respeitosamente, com base na verdade e na honestidade, nos fatos e na justiça, assim como na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, apresentar junto ao Presidente da Comissão de Licitação e ao respectivo Departamento Jurídico o seguinte:

RECURSO

Prezados Senhores,

A empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Eireli, vem respeitosamente perante a Comissão Permanente de Licitação do Município de Nova Friburgo, opor-se à Decisão do senhor Pregoeiro, face à classificação das empresas Londrihosp Importação e Exportação de Produtos Médico Hospitalares Eireli e Cmed Distribuidora Ltda, para o item 11; no certame supracitado, requerendo, outrossim, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

Nos termos e com base nas razões a seguir apresentadas constará que a classificação é injusta, visto que as arrematantes ofertaram documentos e equipamentos em desacordo com a solicitação contida em edital.

DOS FATOS

Do objeto da licitação:

“OBJETO

Aquisição de Equipamentos Médicos para atender às necessidades do Melhor Em Casa, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.”

Para o item 11 o edital solicita:

“ELETROCARDIOGRAFO - Acessórios: 1 cabo de ECG; Canais 12 canais; Operação direto no console; Possuir comunicação com computador; Impressão direta 12 canais.” Grifo acrescentado.

Em consulta aos documentos de habilitação apresentados pelos primeiro e segundo colocados que ofertaram as marcas Contec, não apresentaram os modelos que estão ofertando, verificamos a ausência dos documentos solicitados em edital, 6.2 do Anexo I, Termo de Referência, e seus subitens.

“6.2.1. Ter assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante no Estado do Rio de Janeiro.

6.2.3. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

6.2.4. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.” Grifo acrescentado.

Ambos, os licitantes, não apresentaram:

- Assistência técnica no Estado do Rio de Janeiro
- Certificado do produto pelo INMETRO
- Registro do Equipamento na ANVISA
- Carta de Autorização de Fornecimento pelo Detentor do Registro na ANVISA.

Descumprindo assim, as exigências editalícias, quando da apresentação de todos os documentos solicitados em edital.

E ainda, os licitantes apontados, não apresentaram os modelos ofertados, de maneira que a comissão não pode julgar se os equipamentos por estes ofertados atendem aos requisitos técnicos solicitados, vez que o edital solicita eletrocardiógrafo de 12 canais, e os dois licitantes informaram em suas propostas modelo ECG, o que não corresponde ao que consta registrado na ANVISA, pois, a marca ofertada possui vários modelos de ECG conforme abaixo, com nomenclatura específica para características distintas, disponível para consulta no link abaixo:

<https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351126179202299/?numeroRegistro=80298979015>

Modelo Produto Médico

ELETROCARDIOGRAFO ECG 300G

ELETROCARDIOGRAFO ECG 300GT

ELETROCARDIOGRAFO ECG 100G

ELETROCARDIOGRAFO ECG 600G

ELETROCARDIOGRAFO ECG 1200G

ELETROCARDIOGRAFO ECG 1212G

Esclarecemos que dentre estes, há modelos que não atendem a todas as especificações solicitadas, e os licitantes

não apresentaram, por ausência de informações a comprovação de que os equipamentos ofertados possuem as configurações solicitadas em edital.

Logo, não se pode aceitar um produto que não atende o que foi estabelecido pela Administração em seu edital. Vez que não atende ao que pressupõe o instrumento convocatório, sendo que o aceite de equipamentos com características inferiores ao estabelecido prejudica a participação dos demais licitantes, levando vantagem no valor aqueles que ofertam em desacordo sobre os demais participantes.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação das empresas Londrihosp Importação e Exportação de Produtos Medico Hospitalares Eireli e Cmed Distribuidora Ltda, do presente certame, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido.

Vê-se, portanto, que os documentos das empresas foram apresentados em evidente desacordo com as prescrições editalícias. Assim sendo, resta evidente que as propostas das empresas contestadas merecem sofrer obrigatória desclassificação no presente certame face ao claro descumprimento da mesma às exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Vejamos o que prescreve o art. 43 da Lei de 8.666/93, in verbis:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; ..."

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz o Professor Toshio Mukai, in O novo estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, p. 22.

"O princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo."

No mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, in Licitação à Luz do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

"Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda, que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles."

Como visto, o julgamento da habilitação não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.

A soberania do Edital é prevista em lei, nos termos do Art.41 da Lei 8.666/93:

Art.41 "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

## DO PEDIDO

Fato exposto, a ora recorrente requer a revisão do ato de classificação dos licitantes Londrihosp Importação e Exportação de Produtos Medico Hospitalares Eireli e Cmed Distribuidora Ltda, vez que não foram observadas na íntegra as especificações constantes do edital, conforme supra exposto.

Patrícia Bach  
CPF 031.309.619-84

**Fechar**